

OS MILITARES EM MATO GROSSO

(Discurso proferido em nome da Academia Mato-Grossense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso na sessão especial de 26 de agosto de 1998, em homenagem às Forças Armadas Brasileiras)

Lenine C. Póvoas

A 9 de Maio deste ano comemoramos os 250 anos da criação da Capitania de Mato Grosso, em virtude de ato de Dom João V, desmembrando-a da de São Paulo.

Nesse momento histórico nascia Mato Grosso, que desde o seu nascimento esteve ligado às forças militares.

O primeiro governante expressamente nomeado para Mato Grosso foi Dom Antônio Rolim de Moura, Capitão do 2º Regimento de Infantaria da guarnição de Lisboa.

Militar e fidalgo, tão brilhante foi a sua administração, longa de 11 anos e meio, que o Rei resolveu ao fim dela nomeá-lo para Governador e Capitão-General da Bahia, então a mais importante capitania, guindando-o logo depois ao alto posto de Vice-Rei do Brasil, além de agraciá-lo com o título de Conde de Azambuja.

Foi ele o fundador de Vila Bela da Santíssima Trindade, destinada a ser a Capital da recém-criada Capitania, com o que assegurou a posse de toda a margem direita do rio Guaporé, dando ao Brasil tão imenso e rico território.

O carinho da Metrópole na escolha dos governantes mato-grossenses manifestou-se ainda na indicação do 2º Capitão-General, o ilustre Tte. Cel. João Pedro da Câmara, também de nobre descendência.

O 3º Governador, militar, o Tte. Cel. Luís Pinto de Souza Coutinho, aqui permaneceu menos de 4 anos, porque, doente da vista, pediu para retornar a Portugal.

Seu sucessor foi o fidalgo Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Nascido de uma família de alta estirpe, estudou, na juventude, na famosa Universidade de Coimbra, incorporando-se depois como cadete no Regimento de Cavalaria da Beira, onde foi promovido a Alferes.

Tão logo assumiu a governança de Mato Grosso, na Capital do Guaporé, revelou Luís de Albuquerque sua preocupação com os desejos expansionistas dos espanhóis, mandando fundar uma série de fortes e cidades, para obstar-lhes os anseios. Todas essas missões foram cumpridas por militares. Foi assim que pontilhou toda a nossa fronteira com o Paraguai e a Bolívia, de estabelecimentos que comprovavam a posse portuguesa: o forte de Coimbra, a povoação de Albuquerque, - mais tarde Corumbá -; o forte do Príncipe da Beira, na margem direita do Guaporé; a povoação que se tornou a cidade de Cáceres; a povoação que se tornou a cidade de Poconé e a fazenda nacional de Casalvasco, à margem direita do rio Barbados, próxima à fronteira com a Bolívia e a pequena distância de Vila Bela.

Em resumo, podemos dizer que foi a ação dos quatro primeiros Capitães-Generais, todos militares, que deu ao Brasil o perfil territorial que hoje tem.

E como naquela fase da nossa vida política, pelo princípio do *uti possidetis* a propriedade do território caberia a quem nele se estabelecesse primeiro, tiveram os governantes portugueses o bom alvitre de batizar todas as povoações que demarcavam os limites da área ocupada com réplicas de nomes de cidades e vilas de Portugal: Belém, Nazaré, Oeiras, Santarém, Príncipe da Beira, Casalvasco, Ladário, Coimbra, Melgaço, Óbidos, Guimarães e dezenas de outras mais.

A sucessão de Luís de Albuquerque que nos governou por mais de 17 anos, não foi fácil para a Coroa portuguesa, dada a dificuldade de encontrar-se quem aceitasse tão pesada incumbência, o que a levou a nomear o irmão de Luís de Albuquerque, por ele finalmente indicado, João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres.

João de Albuquerque, o primeiro civil a dirigir a

Capitania, não reeditou a brilhante administração do irmão e acabou falecendo vítima de sezões que grassavam no vale do Guaporé.

Sucedeu-o o Dr. em Direito, formado em Coimbra, Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Por ordem desse governante, foi fundada a povoação de Miranda, que recebeu esse nome em homenagem ao Capitão-General.

Foi no seu governo que se deu a primeira tentativa dos espanhóis do Prata de conquistarem a região de Mato Grosso ao norte do rio Apa, que o Paraguai sempre afirmava pertencer-lhe, invocando o revogado Tratado de Tordesilhas.

Apresentou-se diante do Forte de Coimbra, a 17 de setembro de 1801, o último governador espanhol de Assunção, comandando forte esquema militar. Tendo enviado atrevida intimação ao Comandante português, o Cel. Ricardo Franco de Almeida Serra, exigindo-lhe a rendição, recebeu o espanhol D. Lázaro de Rivera dura resposta dizendo-lhe que *os portugueses estavam decididos a não desampararem os seus postos e a defendê-los até às duas extremidades, ou de repelir o inimigo ou de sepultarem-se debaixo dos fortes que se lhes confiaram.*

Após 8 dias de inútil bombardeio, Rivera desistiu da empreitada, retornando, derrotado, a Assunção. Foi essa a primeira grande página da história bélica de Mato Grosso.

O 8º Capitão-General e Governador que reabre o ciclo dos militares foi João Carlos Augusto D'Oeynhausén Gravenburg, Capitão de Infantaria, que já havia sido Governador do Ceará- Também proveitosa foi a sua administração, de mais de 11 anos.

Criou em Cuiabá uma Escola de Aprendizes Marinheiros e de Construções Navais; determinou estudos para trazer água do ribeirão Motuca, por gravidade; instalou um hospital que se tornou a Santa Casa de Misericórdia; instituiu um "Real Hospital Militar"; fundou o "Hospital de São João dos Lázaros", para tratamento e retiro dos hansenianos; instalou em Vila Bela um curso de Medicina, intitulado "Aula de Anatomia e Cirurgia"; patrocinou a fundação de uma

"Companhia de Mineração de Cuiabá"; instalou um "Horto Botânico".

As informações sobre a insalubridade de Vila Bela, onde já haviam falecido dois Capitães-Generais, vítimas das epidemias da região, além de outros funcionários, determinaram que a administração fosse, aos poucos, se transferindo para Cuiabá, que se tornou, assim, a Capital de fato.

O governo português, ao invés de dar a Gravenburg a solicitada exoneração, nomeou-o para governar a Capitania de São Paulo, a essa época já uma das principais do Brasil, agraciando-o com os títulos de Visconde e depois de Marquês de Aracaty.

Tão elevado o conceito em que era tido que atingiu, por merecimento, o topo de sua carreira militar, chegando a Marechal de Campo, tendo sido Ministro por duas vezes e Senador pelo Ceará e, ainda, depois do regresso de D. Pedro I a Portugal, nomeado Governador de Moçambique.

Tais fatos comprovam o cuidado que tinha a Metrópole na escolha dos governantes para a Capitania de Mato Grosso, cujas riquezas já bem conhecia.

O 9º e último governante português foi o Tenente-General Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho. Realizou ele um governo impopular, o que contribuiu para a nossa independência. A repercussão em nossa terra da rebelião que depôs o Governador de São Paulo - o mesmo Oeynhauser Gravenburg que tão brilhante administração aqui realizara -, gerou um movimento revolucionário chefiado por Navarro de Abreu, cujo epílogo foi a deposição do General Magessi, instalando-se uma Junta Governativa.

Tão importante foi essa fase inicial da nossa vida política que não entendemos porque seja ela omitida nos livros escolares brasileiros, uma vez que a história de Mato Grosso foi um dos capítulos decisivos da história do Brasil, no que diz respeito à sua formação territorial.

Mais estranho ainda parece-me que se sinta difícil ensinar em nossas escolas a história de Mato Grosso, sob a pueril desculpa da

falta de livros, havendo casas de ensino em nosso Estado que a eliminaram de seus currículos alegando a inexistência de professores...

Pouco depois, a 7 de Setembro de 1822, ocorreria o evento da independência política do Brasil e assim entramos em outro período de nossa história. Assinale-se que a notícia da independência só chegou a Cuiabá em começos de 1823!

Durante os 18 anos que abrangeram o período do 1º Reinado e das Regências, 5 Presidentes ocuparam a curul governamental de Mato Grosso. Deles, dois foram militares: o Tenente-Coronel José Saturnino da Costa Pereira e o Coronel Antônio Pedro de Alencastro.

José Saturnino foi a figura mais expressiva, cabendo-lhe presidir eleições para a organização do Conselho Geral da Província (antecessor das Assembléias Legislativas). Determinou ele ainda a fundação de um Jardim Botânico e a exploração de novas rotas nos caminhos para São Paulo.

O outro governante desse período, o Cel. Alencastro (1º desse nome), permaneceu no posto pouco mais de um ano. Coube-lhe instalar a 1ª Assembléia Legislativa, em obediência ao Ato Adicional. Coube-lhe criar a corporação inicialmente denominada "Homens do Mato", que se tornou a Polícia Militar de Mato Grosso e ainda obteve da Assembléia uma lei que oficializou Cuiabá como Capital da Província, funções que já exercia, de fato.

Criou ainda Alencastro a Secção Provincial da Guarda Nacional e as Guardas Municipais, para proverem a segurança pública.

Durante o longo 2º Reinado foi Mato Grosso governado por 28 ilustres brasileiros, dos quais 20 eram militares do Exército ou da Marinha de Guerra.

Acontecimentos importantes ocorreram nesses 49 anos, de 1840 a 1889.

A 6 de Abril de 1856 um fato de suma importância para a vida da Província ocorreu, com a assinatura do "Tratado de Livre Navegação", entre o Brasil e o Paraguai. Essa navegação, vital para Mato Grosso, esteve interrompida durante a ditadura de Gaspar Rodrigues de

Francia, naquele país, longa, de 26 anos, quando Mato Grosso só se comunicava com o restante do Brasil através das penosas viagens por terra.

Em Outubro desse ano de 56, saía do Rio de Janeiro o navio a motor "Maracanã", trazendo a bordo o Capitão Antônio Cláudio Soído, incumbido pelo seu Ministério do estudo das condições de navegabilidade dos rios Paraguai e Cuiabá.

Soído permaneceu em Cuiabá cidade que ele chamou de "agarrativa" durante toda a sua carreira militar, até atingir o posto de Almirante, vivendo entre nós após a sua reforma, até o fim dos seus dias, tornando-se uma das brilhantes figuras das letras mato-grossenses, sendo considerado o precursor do romantismo na nossa literatura.

Dois anos depois da chegada de Soído, outro brilhante marinheiro, Joaquim Raimundo Delamare era nomeado Presidente da Província, depois de ter sido Ministro da Marinha no Gabinete do Marquês de Olinda.

Por ordem do Almirante Delamare foi elaborada a planta urbanística de Corumbá, com suas ruas em "xadrez" e amplas praças, à semelhança das cidades do Prata e em Cuiabá iniciada a construção da Cadeia Pública, hoje ocupada pelo Centro de Reabilitação Dom Aquino Corrêa.

Sucedeu-o o Cel. Antônio Pedro de Alencastro, - 2º desse nome -, que teve curta e apagada permanência no cargo. Homem intransigente, mandou prender o Padre Ernesto Camilo Barreto, que lhe movia oposição pela imprensa, quando este pregava um sermão numa missa da Catedral. Por isso, foi Alencastro demitido pelo Imperador. Fato curioso desse período foi o casamento, em Cuiabá, do Capitão Manoel Deodoro da Fonseca, - o futuro Marechal proclamador da República -, com D. Maria Cecília de Souza Meirelles, oriunda de uma família de militares, cujo chefe aqui viera servir.

O sucessor de Alencastro foi o General Alexandre Manoel Albino de Carvalho, em cuja gestão teve início a guerra da

Tríplice Aliança, com a invasão de Mato Grosso por tropas paraguaias.

No período seguinte, quando governava o Dr. José Vieira Couto de Magalhães, nomeado por ter ido o General Albino participar da luta no *front* do sul, ocorreu a gloriosa retomada de Corumbá, operação por ele idealizada e comandada pelo Tte. Cel. Antônio Maria Coelho, figura imortal da nossa história.

Nos episódios da Guerra da Tríplice Aliança, muitos militares brasileiros se projetaram pela bravura com que se houberam na defesa da Pátria.

Na resistência do Forte de Coimbra, novamente atacado em 1864, as figuras maiores foram o seu Comandante, Tte. Cel. Hermenegildo Portocarrero, o Comandante da Marinha Balduino de Aguiar e o Tenente João de Oliveira Melo; na Colônia Militar de Dourados imortalizou-se o Tenente Antônio João Ribeiro, que à frente de uma guarnição de 15 homens enfrentou a guarda avançada paraguaia de 250 soldados, comandada pelo Capitão Urbieta.

Intimado a render-se, audaciosamente perguntou Antônio João a Urbieta se tinha ordem escrita do Imperador do Brasil para que os brasileiros se rendessem. À resposta negativa, bradou: "*Guarda, apontar, fogo!*"_Antônio João já havia enviado seu famoso bilhete ao seu Comandante imediato, Cel. Dias: *Sei que morro, mas o meu sangue e dos meus companheiros servirá de protesto solene contra a invasão do solo da minha pátria.*

Na retirada de Corumbá, novamente mostrou o seu heroísmo o Tte. João de Oliveira Melo, conduzindo, a pé, milhares de pessoas através dos Pantanais transbordantes, até atingir Cuiabá, 4 meses depois, onde foi recebido com extraordinária apoteose e *Te Deum* na Catedral, celebrado pelo Arcebispo Dom Carlos Luís D'Amour.

Na retomada de Corumbá, dois anos depois, as glórias maiores couberam ao Tte. Antônio Maria Coelho, que comandou a ousada operação, e ao Capitão Cunha e Cruz, Oficial morto a golpes de espada quando tentava arrancar a bandeira brasileira das mãos de um inimigo.

No combate do Alegre, no rio Cuiabá, o personagem maiúsculo surgiu na pessoa do Comandante Major José Antônio da Costa.

Na defesa de Cuiabá, a figura homérica foi o Almirante Augusto Leverger, por três vezes Presidente da Província, que já alquebrado pelos seus 63 anos, veio de uma chácara no Coxipó, de madrugada, ao Palácio oferecer-se ao Presidente Albino de Carvalho para organizar a defesa da cidade. Assumiu o comando da tropa entrincheirada na colina de Melgaço, fortemente artilhada. Os inimigos, quando souberam da presença do famoso cabo de guerra, seu velho conhecido, no Comando daquele posto, não se atreveram a subir até Melgaço, muito embora a grande enchente de 1865 facilitasse a navegação de seus pesados barcos.

A autoridade moral do veterano marinheiro fez com que o inimigo retrocedesse, desistindo da idéia de atingir Cuiabá.

Sua atitude levou o Governo Imperial a cumulá-lo de honrarias, concedendo-lhe, inclusive, o título de Barão de Melgaço.

Afeiçoado à terra e à gente cuiabana, estudou, aprofundadamente, a geografia e a história de Mato Grosso, constituindo as inúmeras obras que escreveu, preciosa parcela do patrimônio cultural de nosso Estado.

O episódio máximo da Guerra da Tríplice Aliança, em nossa Província, foi, sem dúvida, a Retirada da Laguna, a tocante epopéia do mais terrível conflito que ensanguentou a América Latina. Reunida no Triângulo Mineiro a expedição que viria expulsar os invasores do sul de Mato Grosso, com cerca de 3.000 homens, sob o comando do Cel. Manoel Pedro Drago, partiu em direção a Miranda.

Chamado à Corte, Drago passou o Comando Geral ao Cel. Galvão. A caminhada por tão invias regiões, por charcos quase intransponíveis, por pântanos pestilentos, ceifou 1/3 da tropa antes do primeiro confronto com o inimigo. O próprio Cel. Galvão falecera vitimado pelas moléstias, assumindo o Comando Geral o Cel. Carlos de Moraes Camisão, que viera de Cuiabá.

Empurrando sempre os invasores e atingida a fronteira da República do Paraguai, já se ressentia a tropa brasileira da falta de alimentos e de munições. Não obstante, decidira o Comando seguir até Laguna, fazenda de propriedade do ditador Solano Lopez, onde, segundo informações, havia muito gado. Ao atingir-se a aludida fazenda, constatou-se que o inimigo usava a estratégia da "terra arrasada". Nada havia lá, nem uma cabeça de gado!

Reunido o Estado Maior, foi decidida a retirada, rumo a Aquidauana. Seria humanamente impossível prosseguir.

Nesse momento, violento contra-ataque inimigo resultou na feroz batalha da Laguna, na qual o peso maior recaiu sobre o 21º Batalhão de Infantaria que, sob o comando do Major José Thomaz Gonçalves, portou-se gloriosamente, repelindo-o. Pelo seu comportamento nessa batalha, o 21º Batalhão de Infantaria, que é hoje o 44º BIM, sediado em Cuiabá, recebeu o título de "Batalhão Laguna" e foi homenageado com o "Estandarte Histórico", que orgulhosamente ostenta nos desfiles militares.

Pouco depois que pisaram o solo pátrio, os brasileiros foram novamente atacados por violenta carga de cavalaria inimiga, ferindo-se então a batalha do ribeirão Machorra, conhecida pelo nome paraguaio de "Batalha de Nhandipá", com muitas mortes de parte a parte.

Daí para frente foi o inferno: os heróis brasileiros, em retirada, acossados pela fome, pela escassez de munições, pelas cargas da cavalaria inimiga, pelo constante bombardeio de sua artilharia, pelos temporais, pelo fogo que o invasor ateava nos campos e, para completar tanto sofrimento, pelo cólera que começou a grassar nas fileiras cada vez mais ralas.

Era preciso uma decisão salvadora para evitar que toda a tropa fosse contaminada. Tudo em volta era desespero e morte.

Além de todos os sacrifícios, a tropa carregava os doentes. Como disse o Capitão Alfredo de Taunay, em sua imortal obra "*A Retirada da Laguna*":

(...)a carreta e o carroção, com o dobro da lotação, de todos os lados deixavam pender braços, pernas, cabeças onde já se imprimiam os sinais da morte.

Reuniu o Comandante Camisão o Estado Maior. Uma luta terrível era travada no íntimo de cada Oficial: o sentimento de piedade aos agonizantes em colisão com a rigidez do dever militar. Só havia a solução suprema: abandoná-los!

Descreve Taunay a cena:

Como desvairado, ordenou então o Coronel que, à luz dos fachos, imediatamente na mata vizinha se abrisse uma clareira para onde seriam os coléricos transpostados e abandonados. E, cousa espantosa, resignadamente aceitaram este último golpe da fatalidade"

Chegou o momento do abandono. A todos nós foi intolerável. Deixávamos entregues ao inimigo mais de 130 coléricos, sob a proteção de um simples apelo à sua generosidade, por intermédio destas palavras escritas sobre um cartaz pregado num tronco de árvore: "Compaixão para com os coléricos".

Pouco tempo após nossa partida, já fora do alcance da vista, veio o estrepido de viva fuzilaria apertar-nos os corações. E que clamores indescritíveis então ouvimos! Ninguém de nós ousava olhar para o companheiro!

No dia seguinte, - continuou Taunay tornou-se evidente que o Cel Camisão morreria. Caiu em estado de torpor e sonolência e o corpo cobriu-se-lhe de manchas violáceas: às 7 e meia da noite fez supremo esforço: levantou-se do couro em que estava deitado, apoiou-se sobre o Capitão Lago e perguntou-lhe onde estava a coluna, repetindo que a salvara. Depois, voltando os olhos já vidrados para o seu ordenança, exclamou em tom de comando: "Salvador, dê-me a espada e o revolver". Procurou afivelar o talim e exatamente nessa ocasião deixou-se rolar no chão, murmurando: "Façam seguir as forças, que vou descansar.

E assim expirou.

Na lista dos militares que exerceram cumulativamente as funções de Presidente da Província e Comandante das Armas, destacaram-se o Cel. Rufino Enéas Galvão - Barão de Maracaju -, que fundou o Liceu Cuiabano, um dos marcos da nossa evolução cultural, e o Brigadeiro Manoel de Almeida Gama Lobo d'Eça - o Barão de Batovi -, que reconstruiu e ampliou o edifício do Arsenal de Guerra, dando-lhe o visual que ainda hoje conserva.

Acontecimento marcante foi a vinda para Mato Grosso, para as mesmas funções, do General Floriano Peixoto, depois também Presidente da República. Fato curioso foi que Floriano pretendeu envolver-se nos meandros da política local e numa eleição certo chefe político da periferia de Cuiabá enleou-o nas escamoteações das urnas, derrotando-o. Por isso, no momento de sua partida de volta para o Rio de Janeiro, alguém ouviu Floriano pronunciar, a bordo do navio que o conduziria para o sul, uma frase que se tornou célebre: "*É, Cuiabanos! Vocês de bestas só tem a cara!*"

Outra frase célebre do grande General foi proferida na Capital do Império, quando lhe indagaram onde ficava Cuiabá. O futuro Marechal de Ferro prontamente respondeu: *No fim do mundo há um rio. Atrás desse rio, há um morro. Atrás desse morro fica Cuiabá.*

Após a proclamação da República, o aparecimento de indústrias extrativas, da indústria açucareira, do desenvolvimento da pecuária fizeram surgir uma "elite econômica" que se assenhoreou da política estadual. Ainda assim, tivemos dois militares Presidentes do Estado escolhidos pelo voto direto: o Capitão de Mar e Guerra Antônio Pedro Alves de Barros e o General cuiabano Caetano Manoel de Faria Albuquerque.

Desde os últimos anos do Império ficou clara a necessidade de ser Mato Grosso interligado mais rapidamente ao governo central.

A invasão paraguaia foi levada ao conhecimento do Imperador por carta procedente da Embaixada brasileira em Buenos Aires e pelo relato pessoal do Barão de Vila Maria que foi de Corumbá

ao Rio de Janeiro, a cavalo, transmitir-lhe a desastrosa notícia.

Com a urgência de se distenderem linhas telegráficas até as nossas fronteiras com países sul-americanos, surge a figura de Cândido Mariano da Silva Rondon, glória maior que Mato Grosso ofereceu ao Exército e ao Brasil em tempos de paz.

Linhas telegráficas ligando Cuiabá ao Araguaia, às fronteiras com o Paraguai, com o Forte de Coimbra, com Corumbá, com Cáceres, Vila Bela e, principalmente com o Amazonas, empreendimento este que empresas européia se recusaram a empreitar, tudo isso foi a tarefa gigantesca do Marechal mimoseano, durante quase 15 anos, nos quais realizou estudos minuciosos da geografia, da história, da fauna, da flora e das nossas tribos indígenas, incorporando-as à civilização.

Como se não bastasse, exerceu missões militares na Diretoria de Engenharia do Exército, no comando de tropas legalistas, na Revolução de 1924, no Estado do Paraná e, ainda, após a sua reforma, exerceu missão diplomática representando o Brasil como mediador no conflito entre a Colômbia e o Peru. Além de tudo isso, reuniu Rondon material necessário para uma de suas maiores obras, que foi a Carta Geográfica de Mato Grosso que, posteriormente, serviu de base à elaboração da Carta do Brasil ao milionésimo.

Durante a II Guerra Mundial, Mato Grosso contribuiu com muitos militares à Força Expedicionária Brasileira que foi lutar na Europa. Três dos maiores heróis das montanhas italianas foram cuiabanos: o Capitão João Tarcisio Bueno, o Oficial que recebeu o maior número de condecorações nacionais e estrangeiras, o grande herói de Monte Castelo; o então 2º Tenente Iporan Nunes de Oliveira, o homem-chave que nos abriu as portas da cidade fortificada de Montesi, bradando: "*Pelotão, comigo*"; e o então Capitão Plínio Pitaluga, que comandava o Esquadrão Mecanizado de Reconhecimento, atuou decisivamente para nos permitir a rendição da 148 Divisão de Infantaria do Exército Alemão e da Divisão Bersaglieri da Itália, integrada por 32 Oficiais, 14.778 homens e 2.500 viaturas.

Terminada a guerra, Mato Grosso e o Exército deram ao Brasil, nas eleições que então se realizaram, na pessoa do Marechal Eurico Gaspar Dutra, o Presidente ideal para o momento que se seguiu a 15 anos de constantes agitações populares. Sereno e equilibrado, desfraldou a bandeira da pacificação política. Tendo sido o 1º Presidente que governou com um plano de administração - o famoso Plano Salte -, foi o construtor da 1ª rodovia pavimentada do país, ligando Rio a São Paulo, e a 1ª grande hidrelétrica nacional, a do São Francisco. Não se esquecendo do seu Estado natal, deu início à construção da monumental ponte de concreto sobre o rio Paraguai, em Porto Esperança, e ao início do ramal ferroviário da Noroeste do Brasil de Campo Grande para Cuiabá, que, entretanto, ficou esquecida após a sua saída do Governo.

A Marinha e a Aeronáutica colaboraram sempre com o desenvolvimento de Mato Grosso. A primeira, sediada na sua base de Ladário, mantendo a segurança de nossas fronteiras e da navegação do rio Paraguai e oferecendo assistência às populações ribeirinhas, e a segunda, encurtando distâncias com os vôos do Correio Aéreo Militar, na sua vocação desbravadora.

No período do chamado "ciclo revolucionário", ou dos "governos militares", Mato Grosso experimentou um impulso que ainda não lhe havia sido dado em toda a sua existência.

Na administração Médici, começaram a ser implantados neste Estado os programas federais PIN (Plano de Integração Nacional), com prioridade para a construção da rodovia Cuiabá-Santarém, de cujo total, 793 Kms foram confiados ao 9º Batalhão de Engenharia; o PROTERRA, programa de redistribuição de terras e de estímulo à agroindústria; o CORREXPORT, que estabelecia os "corredores de exportação"; o PROBOR, programa de incentivo à produção da borracha vegetal; e o PRODEPAN, programa especial de desenvolvimento do Pantanal.

De todos, sem dúvida, o mais importante foi o PRODOESTE. Levamos anos e anos lutando por uma rodovia asfaltada

para São Paulo, sem nunca a termos conseguido. Só no Governo Médici ganhamos dois acessos asfaltados ao parque industrial de São Paulo, o primeiro pela rota de Campo Grande e Porto XV; o segundo, pela rota de Rondonópolis, Alto-Araguaia e Itumbiara. Depois, veio ainda o terceiro, pela rota de Barra do Garças e Goiânia, na gestão do General Geisel.

As duas primeiras obras realizadas no Governo Médici, foram decisivas para o progresso que Mato Grosso passou a experimentar, daí em diante.

No setor das telecomunicações, foi extraordinária a atuação do Governo Médici. A Embratel, constituída na administração Castelo Branco, passou a operar, com os troncos de micro-ondas, interligando as cidades do Estado com as principais de todo o país. Esse foi um dos maiores benefícios prestado ao outrora isolado Mato Grosso.

Ainda na administração do General Médici, foram determinados estudos e providências para a nossa interligação ao sistema nacional de energia, mediante a implantação de um linhão que traria a força hidrelétrica de Cachoeira Dourada a Cuiabá, inaugurado nos começos da gestão Geisel.

Pelo Decreto nº 82.045, do Presidente Geisel, foi criada a 13ª Brigada de Infantaria Motorizada, que ostenta o nome glorioso do Barão de Melgaço, com sede em Cuiabá, ato de transcendente repercussão na vida militar e social do Estado.

Outro ato de suma importância foi a federalização das Universidades de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul, com sedes em Cuiabá e Campo Grande, respectivamente.

Seria impossível, senhores, e muito extenuante, enumerarmos tudo que Mato Grosso ficou a dever aos militares desde a sua criação.

Tão brilhante história não pode ficar esquecida na elaboração de nossos currículos escolares, nem nas gavetas das administrações. Seria um crime contra o Brasil, porque ela é a fonte que alimenta o patriotismo da nossa juventude.

Valho-me desta oportunidade para homenagear, na pessoa do ilustre General Luiz Henrique de Moura Barreto, a mais alta autoridade militar presente em nossa Capital, a memória de todos que no passado ajudaram a construir Mato Grosso atual e aos que ainda hoje nos auxiliam nessa ingente tarefa.

Mato Grosso dos dias futuros, que pela sua potencialidade econômica vai certamente marchar no pelotão de vanguarda dos Estados brasileiros, quer agradecer, por intermédio da Academia Mato-Grossense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, a todos os construtores de sua grandeza.